

**COMPROMISSO PARA O CRESCIMENTO VERDE – CONFERÊNCIA TEMÁTICA SOBRE A INDÚSTRIA**

**Auditório do Edifício de Serviços da AEP – Associação Empresarial de Portugal  
Porto, 19 de dezembro de 2014**

**Intervenção do Vice Presidente da CIP, José António Barros**

Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Senhor Presidente da AEP – Associação Empresarial de Portugal

Distintos Palestrantes, Moderador e Relator desta sessão

Senhora e Senhores Empresários

A CIP subscreveu o Compromisso para o Crescimento Verde, iniciativa do Governo que considerou meritória, sobretudo porque propicia a reflexão e o diálogo sobre os rumos a tomar para o desenvolvimento sustentável do País. Por isso se associa gostosamente a esta iniciativa do MAOTE, que V. Exa. superiormente dirige, agradecendo o palco que lhe concede o anfitrião desta sessão, a AEP.

Serão muitas as oportunidades de desenvolvimento de atividades ditas “verdes”, que poderão estimular ou criar novas iniciativas e negócios.

Sendo uma via interessante, a merecer a nossa atenção, do ponto de vista da economia no seu todo, os seus efeitos serão certamente limitados.

Prioritárias, em nosso entender, serão as oportunidades para um melhor funcionamento da economia baseado no uso racional dos recursos e na eficiência no uso da energia, como o senhor Presidente da AEP já referiu na sua intervenção, área à qual a Associação que hoje nos acolhe tem dado particular atenção e enfoque nas atividades que desenvolve.

Não há Crescimento Verde sem uma aposta clara na melhoria do desempenho energético na Indústria, nos Serviços, nos Transportes e, também, nas nossas casas.

Cada vez mais a competitividade das nossas empresas, fator determinante de ganhos de quota das nossas exportações, terá de passar pelos custos energéticos e a primeira forma de os reduzir é reduzindo os consumos específicos.

Esta aposta clara terá de se materializar em iniciativas de estímulo a ações concretas nas Empresas. Dito de outra forma, e como foi logo de início proposto pela Comissão da Reforma para a Fiscalidade Verde, uma parte significativa das receitas provenientes das taxas que irão ser introduzidas deverá ser aplicada em ações de eficiência energética ou que visem a sua promoção.

Lembro que, nesta matéria, a disponibilidade de financiamento, mais do que de meros subsídios, é indispensável.

Não posso deixar de referir também, neste ponto, a grande importância da eficiência energética nas cidades, nos transportes, designadamente urbanos e nos edifícios.

A Regeneração Urbana, pela qual tanto a CIP se tem batido, passa, e muito, pelo melhor desempenho energético e de consumo de água nos edifícios.

Mas, também aqui será Indispensável a redução das inevitáveis formalidades burocráticas que, por norma, retiram eficácia e resultados a estas iniciativas.

Por outro lado, não há Crescimento Verde sem a aposta simultânea no desenvolvimento sustentável da nossa Indústria Extrativa e na preservação desses recursos, naturalmente limitados, através de uma orientação clara para se considerarem os resíduos como recursos.

Quer no que respeita ao melhor uso da energia, quer quanto a uma maior inteligência na conceção dos produtos e dos recursos materiais previstos, as Empresas terão de tomar corajosamente as iniciativas necessárias para assegurarem os ganhos de competitividade que já referi.

Esperamos, confiadamente, que a atitude inovadora, inteligente e eficiente das nossas Empresas possa levar e estimular o Estado a criar e desenvolver programas eficazes de estímulo à eficiência energética, e a refletir sobre os entraves burocráticos que cria, designadamente quanto ao aproveitamento efetivo de matérias secundárias ou subprodutos, ou à instalação fácil e eficaz de novas Empresas em zonas previamente escolhidas e já certificadas para as acolherem, sem necessidade de novos e duplicados licenciamentos.

Não basta apregoar a “Economia Circular” rumo a um mundo onde os resíduos são o recurso por excelência – é necessário pô-la a “rolar”, cabendo ao Estado suprimir burocracias excessivas, racionalizar sistemas de licenciamento em “cascata” nesta área e reconhecer que não deve cobrar taxas sobre operações que, simultaneamente, considera vitais para o Crescimento Verde.

Nestas condições, as Empresas, mais uma vez, saberão responder positivamente a este desafio. Desafio que será ganho pelo País!

**José António Barros – Vice Presidente**  
**CIP – Confederação Empresarial de Portugal**  
**19/12/2014**